

# Sumário

Índice dos Quadros Esquemáticos .....	xiii
Abreviaturas .....	xv
Do Autor ao Leitor .....	xvii
O Autor e sua Obra .....	xix

## PARTE I TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

<b>Capítulo I – Tutelas jurisdicionais</b> .....	3
1. Conceito de Tutela Jurisdicional .....	3
2. Principais Espécies de Tutelas Jurisdicionais .....	5
2.1. Tutela executiva .....	7
3. Sistematização das Tutelas Jurisdicionais .....	11
4. Tutela Jurisdicional sob a Perspectiva do Réu .....	16
<b>Capítulo II – Órgãos estatais incumbidos de prestar tutela jurisdicional e sua competência executiva</b> .....	21
1. Conceito de Competência .....	21
2. Identificação dos Órgãos Jurisdicionais .....	22
3. Competência Internacional .....	26
4. Critérios Definidores da Competência .....	27
4.1. Competência em razão do valor da causa .....	27
4.2. Competência em razão da matéria e em razão da pessoa .....	28
4.3. Competência funcional .....	29
4.4. Competência Territorial .....	30
4.4.1. Foro geral .....	30
4.4.2. Foros especiais .....	31
5. Competência para a Execução .....	32
5.1. Metodologia para Determinação da Competência Executiva .....	34
6. Perpetuação da Competência na Execução .....	37
7. Modificação ou Prorrogação da Competência Executiva .....	38
8. Prevenção do Juízo Executivo .....	40
9. Regra da Acessoriedade .....	41
10. Declaração de Incompetência .....	42
11. Conflito de Competência .....	43
<b>Capítulo III – Meio de provocar a tutela jurisdicional do Estado: ação</b> .....	49
1. Conceito de Ação e sua Evolução .....	49

2. Condições da Ação ou Condições para o Provimento Final .....	52
2.1. Teorias da exposição e da asserção .....	54
3. Classificação das Ações .....	57
4. Elementos da Ação .....	58
5. A Ação de Execução .....	59
5.1. Condições da ação executiva.....	60
5.1.1. Legitimidade para a execução .....	63
5.1.2. Interesse processual para a execução.....	64
5.2. Execução definitiva e execução provisória.....	66
<b>Capítulo IV – Devido processo legal</b> .....	<b>71</b>
1. Conceito de Processo .....	71
2. Processo e Procedimento .....	73
3. Processo Executivo.....	73
3.1. Execução por mera fase ou processo autônomo?.....	75
3.2. Princípios gerais do processo executivo ou da fase executiva .....	77
3.3. Requisitos ou pressupostos processuais da execução .....	79
3.3.1. Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento.....	80
3.3.2. Pressupostos específicos do processo executivo.....	81
3.4. Títulos executivos .....	83
3.5. Cumulação de execuções .....	86
3.6. Atos do processo executivo .....	86
3.7. Atos atentatórios à dignidade da Justiça .....	88
3.8. Suspensão e extinção da execução.....	89
3.8.1. Da suspensão do processo executivo.....	89
3.8.2. Da extinção da execução .....	91
<b>Capítulo V – Partes</b> .....	<b>97</b>
1. Conceito de Partes .....	97
2. Capacidade de ser Parte e Capacidade Processual.....	97
3. Partes na Execução .....	100
3.1. Capacidade processual dos cônjuges e seu tratamento na execução .	103
3.2. Execução promovida pelo devedor – alterações introduzidas pela Lei nº 11.232/2005.....	105
4. Substituição Processual ou Legitimação Extraordinária .....	105
4.1. Substituição processual na execução .....	107
5. Substituição de Partes ou Sucessão Processual .....	107
5.1. Sucessão processual (substituição de partes) na execução .....	108
6. Litisconsórcio na Execução .....	110
<b>Capítulo VI – Intervenção de terceiros, responsabilidade patrimonial e embargos de terceiro</b> .....	<b>115</b>
1. Noções Gerais Acerca da Intervenção de Terceiros.....	115
1.2. Assistência na execução .....	119
2. Responsabilidade Patrimonial.....	120

2.1. Responsabilidade originária .....	120
2.2. Responsabilidade secundária .....	120
2.3. Desconsideração da personalidade jurídica .....	122
2.4. Fraude à execução .....	124
3. Embargos de Terceiro (Arts. 1.046 a 1.054) .....	129
3.1. Conceito .....	129
3.2. Legitimidade para os embargos de terceiro .....	130
3.3. Procedimento e outros aspectos dos embargos de terceiro .....	131

## PARTE II

### PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS JUDICIAIS (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA)

<b>Capítulo I – Disposições gerais da execução de títulos judiciais .....</b>	<b>137</b>
1. Tutelas jurisdicionais passíveis de execução .....	137
1.1. Meios de concessão das tutelas jurisdicionais .....	139
1.2. Classificação das tutelas jurisdicionais .....	143
2. Títulos Veiculadores das Diversas Tutelas .....	146
3. Obrigações .....	148
4. O Devedor no Título Judicial .....	153
<b>Capítulo II – Execução por título judicial das obrigações de fazer, não fazer e de entrega de coisa .....</b>	<b>157</b>
1. Execução de Obrigação de Fazer ou Não Fazer (Art. 461) .....	158
1.1. Liquidação da sentença que reconhece obrigação de fazer ou não fazer .....	158
1.2. Tutela específica e imediata das obrigações de fazer e não fazer .....	161
1.2.1. Providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento (tutela equivalente) .....	164
1.2.2. Antecipação da tutela específica .....	165
1.3. Mecanismos coercitivos e sub-rogatórios da tutela relativa às obrigações de fazer ou não fazer .....	166
1.3.1. Multa .....	167
1.3.2. Outros atos executivos de coerção e sub-rogação .....	172
1.3.3. Conversão em perdas e danos .....	173
2. Execução de Obrigação de Entregar Coisa Diferente de Dinheiro .....	174
2.1. Liquidação (concentração) da obrigação de entregar coisa .....	175
2.2. Tutela específica e imediata das obrigações de entrega de coisa diversa de dinheiro .....	177
2.3. Embargos de retenção por benfeitorias .....	179
<b>Capítulo III – Execução da obrigação de pagar quantia .....</b>	<b>183</b>
1. Liquidação da Sentença (Arts. 475-A a 475-H) .....	183
1.1. Noções gerais .....	183
1.2. Determinação do valor da condenação por cálculo do credor .....	186

1.3. Liquidação na pendência de recurso .....	188
1.4. Procedimento .....	188
1.5. Liquidação por arbitramento .....	190
1.6. Liquidação por artigos.....	191
1.7. Outros aspectos da liquidação .....	192
2. Cumprimento da Sentença que Reconhece Obrigação de Pagar Quantia (Arts. 475-I a 475-R) .....	194
2.1. Introdução .....	194
2.2. Dos Títulos Executivos Judiciais .....	196
2.3. Execução definitiva e provisória.....	201
2.4. Dos Requisitos para o Cumprimento da Sentença .....	205
2.5. Competência para o Cumprimento da Sentença .....	207
2.6. Requerimento para o cumprimento da sentença .....	208
2.7. Honorários Advocatícios e Cumprimento de Sentença .....	211
2.8. Procedimento da execução forçada.....	213
<b>Capítulo IV – Meios de oposição à execução fundada em título judicial ...</b>	<b>221</b>
1. Da Impugnação ao Cumprimento da Sentença .....	221
1.1. Noções gerais, conceito, natureza jurídica e distinções dos embargos à execução .....	221
1.2. Legitimidade para opor incidente de impugnação .....	223
1.3. Exceções (defesas) que podem ser argüidas na impugnação .....	223
1.4. Procedimento e julgamento da impugnação ao cumprimento da sentença .....	234
2. Exceção ou Objeção de Pré-Executividade: Exercício de Defesa Independentemente de Segurança do Juízo .....	235
3. Embargos à Execução por Título Judicial Contra a Fazenda Pública .....	237
4. Ação de Nulidade com o Fito de Desconstituir o Título Judicial ou Anular o Processo .....	242
5. Agravo de Instrumento.....	244

### PARTE III

## PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

<b>Capítulo I – As Diversas Espécies de Execução.....</b>	<b>251</b>
1. Os Títulos Executivos Extrajudiciais.....	252
2. Execução para Entrega de Coisa (Arts. 621 a 631) .....	256
2.1. Introdução .....	256
2.2. Execução para Entrega de Coisa Certa.....	257
2.3. Execução para entrega de coisa incerta .....	258
3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer (Arts. 632 a 645) .....	260
3.1. Considerações gerais.....	260
3.2. Execução das obrigações de fazer .....	261
3.3. Execução das obrigações de não fazer.....	262
4. Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente (Arts. 646 a 724) .	265

4.1. Considerações gerais.....	265
4.2. Proposição da ação de execução.....	266
4.2.1. Averbação da execução nos registros públicos.....	266
4.2.2. Cognição preliminar.....	267
4.3. Das modalidades de citação.....	270
4.4. Apreensão de bens.....	270
4.4.1. Impenhorabilidade.....	271
4.4.2. Indicação de bens à penhora.....	275
4.4.3. Penhora por oficial de justiça.....	276
4.4.4. Penhora por termo nos autos.....	278
4.4.5. Penhora por meio eletrônico.....	278
4.4.6. Penhora sobre bem indivisível.....	284
4.4.7. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais.....	284
4.4.7.1. Penhora no rosto dos autos.....	286
4.4.8. Penhora de percentual de faturamento de empresa, de estabelecimento empresarial, de semoventes, de plantações, de edifício em construção e usufruto de coisa móvel ou imóvel.....	286
4.4.9. Penhora sobre navio e aeronave.....	289
4.4.10. Avaliação dos bens penhorados.....	289
4.4.11. Auto de penhora, avaliação e depósito.....	291
4.4.12. Intimação da penhora (Art. 652, §§ 4º e 5º).....	293
4.4.13. Averbação da penhora.....	295
4.4.14. Substituição da penhora.....	296
4.4.15. Natureza e efeitos da penhora.....	297
4.5. Expropriação.....	299
4.5.1. Adjudicação.....	299
4.5.2. Alienação por iniciativa particular.....	304
4.5.3. Alienação em hasta pública.....	308
4.5.3.1. Atos preparatórios.....	309
4.5.3.2. Do leilão.....	312
4.5.3.3. Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação.....	316
4.5.3.4. Ineficácia da arrematação.....	317
4.5.3.4.1. Causas de Ineficácia da arrematação.....	319
4.5.3.5. Usufruto de bem móvel ou imóvel.....	322
4.6. Pagamento ao credor.....	324
4.6.1. Pagamento pela entrega do dinheiro.....	324
4.6.1.1. Pagamento em parcelas ou moratória legal?.....	325
4.6.1.2. Concurso de preferência.....	328
4.6.2. Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	329
4.6.3. Pagamento pelo usufruto de bem móvel ou imóvel.....	330
5. Execução Contra a Fazenda Pública (Arts. 730 e 731).....	333
6. Execução de prestação alimentícia (Arts. 732 a 735).....	336
7. Execução fiscal (Lei no 6.830/80).....	341

8. Execução por quantia certa contra devedor insolvente (Arts. 748 a 786-A).....	346
8.1. Noções gerais .....	346
8.2. Caracterização da insolvência .....	347
8.3. Legitimação para a insolvência .....	349
8.4. Competência para a insolvência .....	349
8.5. Procedimento da insolvência .....	349
8.5.1. Etapa de conhecimento .....	350
8.5.2. Etapa da administração .....	352
8.5.3. Etapa da liquidação.....	353
8.6. Outros aspectos do processo de insolvência .....	355
<b>Capítulo II – Embargos do Devedor (Arts. 736 a 747) .....</b>	<b>357</b>
1. Noções Gerais, Conceito e Natureza Jurídica.....	357
2. Espécies de Embargos do Devedor.....	358
3. Títulos que Comportam Embargos .....	359
4. Legitimidade para os Embargos do Executado.....	361
5. Juízo Competente.....	363
6. Embargos à Execução.....	364
6.1. Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	364
6.2. Embargos à execução contra particular .....	365
6.2.1. Matérias argüíveis nos embargos à execução fundada em título extrajudicial .....	366
6.3. Procedimento dos embargos.....	371
6.3.1. Postulação.....	371
6.3.2. Embargos à execução para entrega de coisa.....	373
6.3.3. Cognição preliminar .....	376
6.3.4. Impugnação aos embargos.....	379
6.3.5. Audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	380
7. Outros Meios para Desconstituir o Título ou Declarar a Nulidade do Processo de Execução .....	381
7.1. Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente de oposição de embargos.....	381
7.2. Do ajuizamento de ação de nulidade visando desconstituir o título ou anular o processo de execução.....	384
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>393</b>